

# Pauta polêmica deve agitar o Senado

Doca de Oliveira  
de Brasília

O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), comemorou o desempenho da sua Casa durante a convocação extraordinária mas, apesar de superar seus colegas deputados, os senadores deixaram pendentes projetos importantes que prometem muita polêmica a partir do próximo dia 3, quando se encerra o recesso branco do Congresso. Os parlamentares pretendem fazer um esforço concentrado até o final de abril, para quando se espera o aquecimento do calendário eleitoral.

A prioridade é a votação em segundo turno das emendas da reforma administrativa, pelo Senado, e da Previdência, pela Câmara. A finalização das reformas está prevista para a partir do dia 10 de março. Depois, a Ordem do Dia será dominada pelos projetos. Entre as prioridades está o projeto que regulamenta os planos e empresas de seguro-saúde, retirado da pauta da convocação extraordinária pela pressão das entidades de defesa do consumidor e pela falta de coesão na própria bancada aliada.

Foco de polêmica na Câmara, a regulamentação dos planos de saúde dividiu também os senadores governistas, principalmente os da classe médica, que se uniram ao bloco de oposição na mobilização pela revisão do projeto. A regulamentação dos planos de saúde empacou na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e o governo viu-se obrigado a costurar um acordo com a oposição para viabilizar a votação da matéria.

Pelo acordo, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), relator do projeto, ajudado pelos médicos governistas, apresentará uma proposta de entendimento modificando pontos importantes do substitutivo aprovado pela Câmara. Entre outras medidas, os senadores vão modificar o sistema de cobertura das doenças e dos diversos procedimentos médicos, além de estabelecer limites para os reajustes das parcelas por faixa etária para o consumidor de até 60 anos de idade.

Depois da reforma administrativa, deverão seguir-se acaloradas discussões em torno de projetos como o dos planos de saúde

## Como ficou cada projeto da convocação do Senado

Reforma administrativa	Emenda aprovada em 1º turno. Votação de 2º turno em 11.03.98
Regime funcional de militar	Emenda aprovada e já promulgada
Contrato temporário de trabalho	Projeto aprovado e já sancionado pelo presidente da República
Regulamentação de rádios comunitárias	Aprovado e sancionado pelo presidente
Punição para lavagem de dinheiro	Aprovado e sancionado
"Lei Pelé"	Aprovado e sancionado
Mudança nos direitos autorais	Aprovado e sancionado
Ampliação da quebra do sigilo bancário	Aprovado pelo Senado. Retornou à Câmara por causa de mudanças feitas pelos senadores
Regulamentação de serviço voluntário	Aprovado e sancionado
Mudanças na Lei Orgânica da Assistência Social	Aprovado e já sancionado pelo presidente da República
Transporte multimodal de cargas	Aprovado. Voltou à Câmara
Criação da região metropolitana do DF	Aprovado e sancionado
Regulamentação dos planos de saúde	Em análise na Comissão de Assuntos Sociais
Vínculo empregatício entre cooperativas de trabalho e associados	Esteve na Ordem do Dia, mas voltou à CAS a pedido dos líderes partidários
Convoca plebiscito para revisão constitucional	Emenda constitucional pronta para votação
Revoga artigo da Constituição que trata do sistema financeiro (inclusive juros de 12% ao ano)	Pronto para votação

Fonte: Senado Federal

Outro assunto que deverá ser apreciado pelos senadores, já aprovado pela Câmara dos Deputados, é o projeto de lei que altera os valores da taxa de fiscalização de instalação de estações de emissoras de televisão e telefonia. É uma correção dos valores defasados estabelecidos na Lei Geral das Telecomunicações.

Também consta na pauta de votação do Senado a proposta de emenda constitucional do senador José Serra

(PSDB-SP) pedindo a revogação do artigo 192 da Constituição, que trata do sistema financeiro. Para Serra, a regulamentação do sistema financeiro deve ser feita através de leis complementares e não no texto constitucional. O efeito mais prático da aprovação desta emenda é a eliminação do teto de 12% ao ano para os juros reais, determinação legal nunca obedecida sequer pelo governo federal.

A aprovação da proposta do sena-

dor tucano derruba por vez a tramitação de todos os projetos que tentam regulamentar o artigo 192, a exemplo do substitutivo do deputado Saulo Queiróz (PMDB-MS), parado na comissão especial da Câmara dos Deputados. A organização do mercado financeiro foi incluída na Constituição de 1988 e está, até hoje, a espera de regulamentação.

O próximo congresso poderá ser revisor, possibilidade que vem contando com o apoio tanto de aliados como de opositores. Na Câmara, parecer à proposta de emenda constitucional do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) poderá ser votada na comissão especial. O deputado propõe que seja realizada uma mini-constituinte em 1999, para discutir a reforma política, o pacto federativo e a reforma tributária. No Senado, outra emenda constitucional, de autoria de Pedro Simon (PMDB-RS), defende idéia semelhante.

A expectativa, no Senado, é que o segundo turno da reforma administrativa transcorra no mesmo clima de tranquilidade e com a mesma rapidez observados durante a convocação extraordinária, quando os senadores votaram a favor da proposta enviada pela Câmara -- o único senão, a aposentadoria especial dos magistrados, caiu graças a uma manobra regimental que contou com o apoio geral da Casa.

A preocupação do governo e dos líderes dos partidos de sustentação continua centrada na reforma da Previdência. A base aliada terá de finalizar o primeiro turno da votação, tentando fazer com que sejam rejeitados os destaques para voto em separado com que o bloco de oposição pretende rever pontos importantes da emenda. Mais que o voto contrário, o governo precisará garantir a presença maciça da bancada governista em plenário, já que, também para rechaçar os destaques será necessário o mínimo de 308 votos. A maior preocupação dos governistas, neste momento, é o PMDB, que apesar de integrar a base governista, está rachado e deve decidir até março se apóia a reeleição de Fernando Henrique ou vai para a oposição.